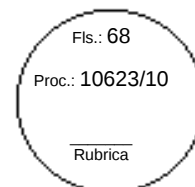




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



PROCESSO Nº 10623/10

APENSO Nº 29391/10-GDF (Consulta)

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Saúde - SES

ASSUNTO: **Consulta**

EMENTA: Consulta formulada pela Excelentíssima Senhora Subsecretária do Fator Humano em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a respeito dos procedimentos a serem adotados e das implicações financeiras do cumprimento de decisões proferidas pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal – STF em Mandados de Injunção tratando da aplicação do disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91 às aposentadorias especiais de servidores públicos estatutários, prevista no § 4º do art. 40 da Constituição Federal de 1988 – CF/88. Conhecimento – Decisão nº 4162/10. Apensação do Processo nº 29391/10. **Considerações.**

Senhor Diretor:

Trata-se no presente processo de consulta formulada por meio do Ofício nº 011/2010-GAB/SUFAH, encaminhado pela Excelentíssima Senhora Subsecretária do Fator Humano em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a respeito das medidas cabíveis para cumprimento de decisões do egrégio STF em Mandados de Injunção relacionados às aposentadorias especiais de servidores estatutários.

2. A presente consulta surgiu de questionamento feito pela Gerência de Pessoal Inativo – DIGEP/SUFAH/SES, em que se destacam as dificuldades para cumprir as citadas decisões judiciais, pois determinam a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91, que disciplina o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a servidores que não se submetem ao regime celetista de trabalho.

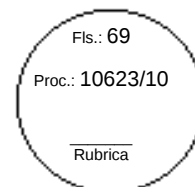
3. São as seguintes as dúvidas levantadas:

- 1) Como devemos aplicar a Lei nº 8.213/91, no que tange aos pré-requisitos para obtenção da aposentadoria especial?
- 2) Atendendo aos pré-requisitos da referida legislação

\\jupiter1\ice4_dt1\Valter\Processos2010\document5682240162778149657.sxw



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



previdenciária, os efeitos contarão a partir da data do requerimento do mandado de injunção ou do momento em que o servidor completou os 25 anos trabalhados em área insalubre?

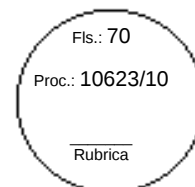
- 3) Caso o benefício seja concedido, o servidor terá direito de converter em pecúnia as licenças prêmio não usufruídas? A concessão será dos períodos compreendidos entre 25 anos ou do período na íntegra?
- 4) Qual documentação deve constar na instrução dos processo de aposentadoria especial?
- 5) Como efetuaremos a contagem do tempo de serviço, visto que na **legislação estatutária vigente**, o servidor pode usufruir de algumas concessões e licenças que não estão previstas no **regime celetista**, e neste regime prevê-se a contagem de **25 anos ininterruptos** de tempo trabalhado em área considerada insalubre?
- 6) Qual situação do servidor caracterizará a **interrupção** da contagem de tempo de serviço, impossibilitando-o de usufruir a aposentadoria especial?
- 7) Qual situação do servidor caracterizará apenas a **suspensão** do tempo, reiniciando a contagem após o término da condição que o suspendeu, não configurando a perda do direito a aposentadoria especial?
- 8) A publicação desta aposentadoria será embasada em que termos legais/jurídicos para que tenha validade?
- 9) Como devemos proceder em relação aos servidores já aposentados, com proventos integrais, que estão solicitando por meio do mandado de injunção, o direito a aposentadoria especial, no intuito de solicitar ressarcimento de valores descontados em relação a seguridade social, bem como outros benefícios, pois já teriam direito de aposentadoria especial?

4. Mediante a Decisão nº 4162/10 (fl. 65), o egrégio Plenário conheceu da presente consulta, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** – conhecer da consulta formulada; **II** – determinar a devolução do feito à 4ª ICE, para reinstrução, ante a publicação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



da Orientação Normativa nº 6/10, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (fl. 50), e da Orientação Normativa nº 1/10, da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (fl. 51). Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.

5. Nesse sentido, em atendimento à determinação plenária, passa-se à análise da matéria. Impende destacar também a apensação ao presente feito, em virtude da identidade de assunto, do Processo TCDF nº 29391/10 (apenso nº 113.005464/10-GDF) relativo à Consulta formulada pelo Departamento de Estradas de Rodagens – DER/DF, em vista da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF no Mandado de Injunção nº 1718, em favor dos servidores associados ao Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER.

6. Primeiramente, a comparação dos textos da Orientação Normativa nº 6/10, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DOU de 22/06/2010), e da Orientação Normativa nº 1/10, da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (DOU 27/07/2010), permite o seguinte resumo:

- 1 = ON SRH/MP nº 6/10
2 = IN-SPS/MPS nº 1/10

Beneficiário

- 1 - Beneficiário de Mandado de Injunção (individual ou coletivo).
2 - Beneficiário de Mandado de Injunção.

Abrangência

- 1 - Concessão de aposentadoria e conversão em tempo comum.

Requisito da aposentadoria especial

- 1 - Exercício de atividades no serviço público federal, por 25 anos de trabalho permanente, não ocasional, nem intermitente.

Requisito para reconhecimento do tempo especial

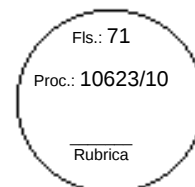
- 2 - Exercício de atribuições do cargo público de modo permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais.

Cálculo e reajuste dos proventos

- 1 - Pela média, sem paridade.
2 - Pela média, sem paridade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Vigência da aposentadoria

1 - A partir da publicação do ato, sem pagamentos retroativos.

Tempo ficto

1 - Não conta tempo de licença-prêmio e a desaverbação para outra aposentadoria.

Abono de permanência

1 - Não faz jus.

Fundamento legal

1 - Aposentadoria especial amparada por decisão judicial.

Fator de conversão

1 - Homem: 1,4 Mulher: 1,2.

Aproveitamento do tempo convertido

1 - Para revisão do abono de permanência e para revisão de proventos. Não é permitida a desaverbação de licença-prêmio que tenha gerado a concessão de abono de permanência.

Restrição

1 - Não pode ser utilizado em aposentadoria especial de professor.

Afastamentos

1 - São contados os períodos de: Férias, casamento, luto, LTS, licença à Gestante, Licença por acidente de serviço.

2 - São contados os períodos de: férias e descansos previstos no regime estatutário; licenças/afastamentos por acidente de serviço e doença profissional ou do trabalho; aposentadoria por invalidez acidentária; licença gestante, adotante e paternidade; ausência para doação de sangue, alistamento eleitoral, participação em júri, casamento e falecimento de pessoa da família.

Início da contagem

1 - A partir de 01/01/1981, data de vigência da Lei 6.887/80, dispondo sobre conversão de tempo especial em tempo comum.

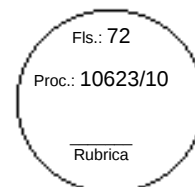
Comprovação

1 - Certidão de tempo especial e outros documentos que comprovem a atividade especial.

2 - Formulário padrão do INSS (Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e outros anteriores), expedido pelo órgão de lotação do servidor; Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, emitido por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho; e parecer do Perito Médico, com a codificação legal e o período de exposição. Não é admitida a prova exclusivamente testemunhal. Não basta a percepção do adicional de insalubridade ou equivalente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Enquadramento do cargo ou atividade

2 - Até 28/04/95: Por enquadramento do cargo público cujas atribuições sejam análogas às atividades profissionais presumidamente especiais e pela exposição a agentes nocivos no exercício de atribuições do cargo público em condições análogas às atividades presumidamente especiais, conforme a legislação do INSS. A partir de 29/04/95 – Lei nº 9032/95: Apenas por exposição a agentes nocivos no exercício de atribuições do cargo público em condições análogas às atividades presumidamente especiais.

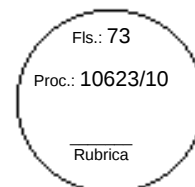
7. No âmbito do Distrito Federal a discussão em andamento não se limita apenas aos servidores beneficiários de decisão judicial em Mandado de Injunção, como contemplado nos textos normativos da área federal. É que por meio da Decisão nº 3221/10, proferida no Processo nº 35321/09, o egrégio Plenário deliberou pela possibilidade de concessão de aposentadoria especial aos servidores distritais que preencham os mesmos requisitos, independentemente de decisão judicial em Mandado de Injunção. Veja-se:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** – tomar conhecimento da Consulta efetuada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, às fls. 1/2, repetida às fls. 76/77, por observar o disposto no artigo 194 do RI/TCDF; **II** – em resposta à consulta indicada no item anterior, informar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, enquanto inexistir no ordenamento jurídico a lei de que trata o art. 41 § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que é razoável a utilização da orientação do Supremo Tribunal Federal expressa no julgamento dos Mandados de injunção nºs 721, 758, 795, dentre outros, consistente na aplicação da legislação própria dos servidores em geral, lei federal nº 8.213/91; **III** – autorizar o arquivamento dos autos. Vencido o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que votou pelo acolhimento da instrução. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator. (Anexo I).

8. Não consta da ON SRH/MP nº 6/10 e da IN-SPS/MPS nº 1/10, elementos que possam indicar a fundamentação legal para a estipulação do cálculo dos proventos pela média de contribuições e sem paridade com os servidores ativos como estabelecem as atuais regras permanentes de aposentadoria, e da vigência do benefício somente a partir da publicação do ato correspondente. Disso decorre a necessidade de verificar se tal orientação se conforma com os efeitos da decisão judicial no Mandado de Injunção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



9. Nesse mister, conforme exposto em instrução anterior, o entendimento prevalecente em julgamentos de Mandados de Injunção tratando de aposentadoria especial é o de que, em vez de apenas se declarar a mora legislativa, deve-se suprir a lacuna existente na legislação e viabilizar o direito por meio de decisão judicial, estabelecendo a aplicação de lei análoga, do Regime Geral de Previdência Social, às situações individuais dos servidores públicos impetrantes. Desse modo, o direito, antes inviável de ser exercido, por falta de lei própria, surge concretamente a partir da decisão judicial, com efeitos *ex nunc*, como, aliás ordinariamente, ocorreria a partir da edição da lei própria.

10. Assim, em se tratando de aposentadoria voluntária de servidor público distrital, em conformidade com o que dispõe o art. 188 da Lei nº 8.112/90, s.m.j., a concessão surte efeitos a partir da data de publicação do respectivo ato, conforme bem estabelece a ON SRH/MP nº 6/10, conformando-se o procedimento com o entendimento extraído dos debates no âmbito do STF, em especial, no julgamento do Mandado de Injunção nº 795, como mostram as seguintes citações:

A respeito da decisão integrativa do mandado de injunção, escrevi:

(...)

O Mandado de Injunção é o instrumento que dá movimento à norma constitucional mantida em seu estado inercial por ausência de norma regulamentadora (infraconstitucional) que possibilitasse eficazmente a sua aplicação.

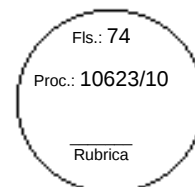
A aplicação plena do direito faz-se, pois, neste caso, por ordem judicial exarada na ação de injunção e passa a valer e a se exercer o direito, a liberdade ou prerrogativa constitucional segundo o modelo definido na decisão judicial a que se tenha chegado naquele processo.

A ordem de injunção, expedida na ação em causa, torna definido, certo e concreto o comando normativo constitucional, inteirando-o em sua conceituação e possibilitando a plena produção de seus efeitos típicos para o impetrante.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Dessa forma, reconhecidas a mora legislativa e a necessidade de se darem eficácia às normas constitucionais e efetividade ao direito do Impetrante, proponho como solução para integrar a norma constitucional garantindo-se a viabilidade do direito que lhe é assegurado no art. 40, § 4º, da Constituição brasileira, a aplicação ao caso, no que couber e partir da comprovação dos dados perante a autoridade administrativa competente, do art. 57 da Lei n. 8.213/91.

11. Por conseguinte, assentada a premissa de que o direito surge a partir da decisão judicial proferida em Mandado de Injunção, determinando a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91 aos servidores públicos, e ocorrendo essa decisão a partir da vigência da EC nº 41/03, não poderia ser outra a conclusão senão a de que o benefício de aposentadoria especial se rege pelo disposto no art. 40, §§ 2º, 3º, 4º, III, 8º e 17, da CRFB, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, ou seja, com o cálculo dos proventos pela média de contribuições e sem paridade com os servidores ativos.

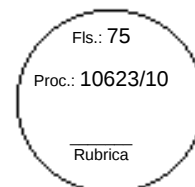
12. Da mesma forma, ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, as possibilidades de aposentadorias com a utilização desse tempo são as das regras permanentes previstas no § 1º do art. 40 da CRFB e as das regras de transição atualmente em vigor, disciplinadas no art. 6º da EC nº 41/03 c/c o art. 2º da EC nº 47/05 e no art. 3º da EC nº 47/05. Pelo que já foi exposto, considerando-se o surgimento do direito à contagem do tempo somente a partir da decisão judicial, não se mostram viáveis as aposentadorias baseadas em dispositivos legais já revogados, nem as revisões de proventos retroativas também fundadas em regras que já não mais existem.

13. Outro aspecto a ser observado é que o art. 57 da Lei nº 8.213/91 estabelece o direito à aposentadoria apenas ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, não se aplicando, portanto, aos servidores portadores de deficiência ou que exercem atividades de risco, como previsto nos incisos I e II do § 4º do art. 40 da CF/88.

14. Surge, então, a questão atinente à duplicidade de legislação aplicável aos procedimentos administrativos de apuração dos requisitos legais a serem cumpridos pelos servidores beneficiários de Mandado de Injunção, para fins de aposentadoria especial. De fato, s.m.j., não parece ser outra a solução adequada à hipótese, em decorrência das diferenças existentes entre os regimes de trabalho e de previdência dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral, o que inviabiliza a avaliação de pressupostos fáticos relacionados ao vínculo de trabalho do servidor público com base, exclusivamente, em regras do regime trabalhista. Essa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



conclusão consta expressamente do voto do Mandando de Injunção nº 1286, nos seguintes termos:

Ementa

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE INJUNÇÃO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO. ARTIGO 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APLICAÇÃO DO ART. 57 DA LEI N. 8.213/1991. COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. 1. A autoridade administrativa responsável pelo exame do pedido de aposentadoria é competente para aferir, no caso concreto, o preenchimento de todos os requisitos para a aposentação previstos no ordenamento jurídico vigente. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

Voto

(...)

Assim, a integração normativa operada permite à autoridade competente realizar o exame do caso posto do direito pretensamente titularizado pela servidora pública. Não compete, entretanto, a este Supremo Tribunal analisar o quadro fático-funcional da Impetrante para concluir pelo direito à sua aposentação, mas tão somente afastar o óbice da carência normativa a ser aplicada à espécie, se cumpridas as exigências da norma aplicável.

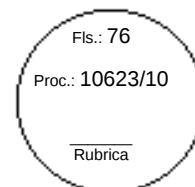
As questões levantadas neste recurso devem, por isso mesmo, ser solucionadas pela autoridade competente, que o fará mediante a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/1991 em conjunto com as regras que regem a aposentadoria do servidor público.

Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento a este Agravo Regimental.

15. Por outro lado, não se confundem os requisitos legais necessários para a aposentadoria especial, que são os do RGPS, com outros, como tempo de serviço público, tempo no cargo, idade mínima, aplicáveis às demais modalidades de aposentadoria permitidas ao servidor público. Tal lógica é amparada pela manifestação do STF no Mandado de Injunção nº 1083:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Ementa

MANDADO DE INJUNÇÃO - NATUREZA. Conforme disposto no inciso LXXI do artigo 5º da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção quando necessário ao exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Há ação mandamental e não simplesmente declaratória de omissão. A carga de declaração não é objeto da impetração, mas premissa da ordem a ser formalizada. MANDADO DE INJUNÇÃO - DECISÃO - BALIZAS. Tratando-se de processo subjetivo, a decisão possui eficácia considerada a relação jurídica nele revelada. APOSENTADORIA - TRABALHO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS - PREJUÍZO À SAÚDE DO SERVIDOR - INEXISTÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR - ARTIGO 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral - artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.213/91. APOSENTADORIA ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO - TRABALHO EM AMBIENTE INSALUBRE - PARÂMETROS. Os parâmetros alusivos à aposentadoria especial, enquanto não editada a lei exigida pelo texto constitucional, são aqueles contidos na Lei nº 8.213/91, não cabendo mesclar sistemas para, com isso, cogitar-se de idade mínima.

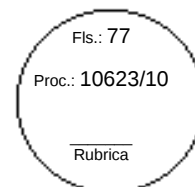
16. Com efeito, o requisito principal para a aposentadoria especial do beneficiário de Mandado de Injunção é o cumprimento do período mínimo de 25 anos de atividade especial, segundo as normas aplicáveis aos trabalhadores em geral, inclusive no que dizem respeito à apuração do tempo de atividade especial e ao enquadramento do tempo de serviço/contribuição como de atividade especial.

17. A previsão incluída na IN SPS/MPS nº 1/10 sobre a conversão do tempo especial em tempo de contribuição comum, s.m.j., atende às disposições legais do § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91 e os índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens encontram amparo no art. 70 do Decreto nº 3.048/99.

18. Outra consequência do que se tem exposto, é que, à míngua de disciplinamento próprio, considerando-se a natureza estatutária da aposentadoria especial de que se trata, s.m.j., a contagem de licença especial e licença-prêmio deve seguir o mesmo disciplinamento aplicável a outras aposentadorias de mesma natureza, como a do magistério e a do policial civil, em que se tem como viável o cômputo dos períodos de licenças especiais e de licenças-prêmios adquiridos até



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



16/12/1998, desde que vinculadas à atividade especial que deu origem à aposentadoria.

19. O fato de o direito à aposentadoria ter-se concretizado somente com a decisão judicial, s.m.j., não prejudica o direito à contagem das licenças especiais e licenças-prêmios, porque, segundo o entendimento prevalecente sobre o tema, o direito adquirido é o de contar esses períodos para fins de aposentadoria, mesmo para as criadas futuramente.

20. Todavia, convém destacar que a concessão de aposentadoria já procedida mediante a necessária utilização de licença especial ou licença-prêmio para quaisquer fins não é passível de reformulação para excluir esse tempo, visto que o direito à contagem de tempo especial não retroage à data da aposentadoria e, portanto, não afeta a concretização dos efeitos da averbação da licença, se necessária à obtenção do benefício, ocorrida quando da aposentadoria.

21. Sobre o dispositivo contido no art. 12 da ON SRH/MP nº 6/10 que estipula o início da contagem do tempo especial como sendo a partir de 01/01/1981, pelo que se depreende, funda-se essa orientação no acréscimo do § 4º ao art. 9º da Lei nº 5.890/73, feito pela Lei nº 6.887/80, cujo teor é o seguinte:

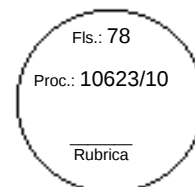
§ 4º O tempo de serviço exercido alternadamente em atividades comuns e em atividades que, na vigência desta Lei, sejam ou venham a ser consideradas penosas, insalubres ou perigosas, será somado, após a respectiva conversão, segundo critérios de equivalência a serem fixados pelo Ministério da Previdência Social, para efeito de aposentadoria de qualquer espécie.

22. O dispositivo incluído na Lei nº 5.890/73, s.m.j., cuida apenas de conversão de tempo especial prestado alternadamente com tempo comum, de modo que a restrição não se aplicaria ao tempo destinado à concessão de aposentadoria especial, preexistente. Observe-se também que a IN SPS/MPS nº 1/10 não contempla essa restrição. De mais a mais, no âmbito do Distrito Federal não se aplicou qualquer restrição quanto ao início da apuração do tempo de serviço/contribuição especial reconhecido por meio da decisão judicial proferida no Processo-TJDFT nº 2001.01.1.088367-3, estendida aos demais servidores, por meio de decisão administrativa baseada nos Pareceres nº 2.095/2005 e 190/2006 da PROPES/PGDF.

23. Sobre a vedação prevista na ON SRH/MP nº 6/10 quanto à percepção do abono de permanência a partir do preenchimento dos requisitos necessários à aposentadoria especial, s.m.j., isso decorre da ausência de disposição legal autorizadora da concessão em casos de aposentadoria especial, visto que o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



disposto no § 19 do art. 40 da CRFB prevê a concessão do abono apenas para aqueles servidores que se enquadram nos termos da alínea “a” do inciso III do § 1º do mesmo artigo. Desse modo, s.m.j., registra adequadamente a ON SRH/MP nº 6/10 a inviabilidade da concessão do benefício. Diferentemente, ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, nada impede o seu aproveitamento para a concessão ou revisão do abono de permanência, observadas as regras pertinentes às aposentadorias comuns e aos correspondentes abonos de permanência.

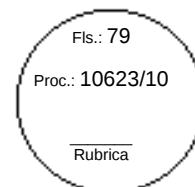
24. Como se disse, a aplicação das normas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme determinado pelo STF, s.m.j., deve ser combinada com as do regime jurídico único, em vista da relação estatutária que dá origem ao benefício de aposentadoria. A esse respeito note-se que a descrição de afastamentos constante do art. 13 da IN SPS/MPS nº 1/10, constitui adaptação de normatização feita pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 20/07 (revogada pela de nº 45/10), que dispõe sobre situações específicas do RGPS.

25. Para melhor entendimento, elaborou-se o quadro comparativo constante de fls. 66/67, do qual se extrai o seguinte resumo de afastamentos computáveis para fins da aposentadoria especial de que se trata, esclarecendo-se que, de acordo com o art. 20 da Lei nº 8.213/91, a doença profissional ou do trabalho é equiparada ao acidente de serviço:

Afastamentos vinculados à atividade especial	Previsão	Cômputo Lei nº 8.112/90
Doação de sangue	art. 97, I, Lei nº 8.112/90	art. 102
Alistamento eleitoral	art. 97, II, Lei nº 8.112/90	art. 102
Casamento	art. 97, III, “a”, Lei nº 8.112/90	art. 102
Luto	art. 97, III, “b”, Lei nº 8.112/90	art. 102
Férias	arts. 77/80, Lei nº 8.112/90	art. 102, I
Convocação para júri e eleição	art. 102, VI, Lei nº 8.112/90	art. 102, VI
Maternidade	art. 207, Lei nº 8.112/90	art. 102, VIII, “a”
Paternidade	art. 208, Lei nº 8.112/90	art. 102, VIII, “a”
Adoção	art. 210, Lei nº 8.112/90	art. 102, VIII, “a”
Acidente de serviço ou doença profissional	art. 211, Lei nº 8.112/90	art. 102, VIII, “d”
Aposentadoria por acidente de serviço e doença profissional	art. 40, I, CF e alterações	art. 103, § 1º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



26. Em relação à exigência de exercício de atividade especial de forma permanente, não ocasional ou intermitente, constou de normativos do INSS, até a Instrução Normativa INSS/DC nº 95/03, a seguinte conceituação:

Subseção IV
Do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

Art. 146. O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades.

§ 1º Considera-se para esse fim:

I - trabalho permanente - aquele em que o segurado, no exercício de todas as suas funções, esteve efetivamente exposto a agentes nocivos físicos, químicos, biológicos ou associação de agentes;

II - trabalho não ocasional e nem intermitente - aquele em que, na jornada de trabalho, não houve interrupção ou suspensão do exercício de atividade com exposição aos agentes nocivos, ou seja, não foi exercida de forma alternada, atividade comum e especial.

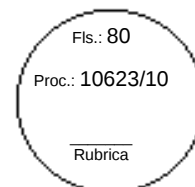
27. Sabe-se que alguns afastamentos, como disponibilidade remunerada, aposentadoria, licença para trato de assuntos particulares ou suspensão de contrato de trabalho (regime celetista), podem caracterizar a suspensão do exercício do cargo, mas, conforme se verifica, não serão os afastamentos legalmente previstos em lei que caracterizarão a temporariedade, ocasionalidade ou intermitência da prestação do serviço sob condições especiais, porque tais conceituações se restringem ao campo técnico, como mostra a citada regulamentação.

28. Sob esse prisma, a temporariedade, ocasionalidade e intermitência, em tese, são mais apropriadas a situações em que o trabalhador não se enquadra em categoria profissional especializada e, portanto, dada a precariedade de sua condição profissional, exerce atividades variadas, ora especiais, ora comuns.

29. O aspecto relacionado à verificação das condições especiais de trabalho, s.m.j., está adequadamente regulada na IN SPS/MPS nº 1/10, segundo os parâmetros previstos na legislação do RGPS. Por conseguinte, deve o órgão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



consulente, em conjunto com o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev e a Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento do Distrito Federal – SEPLOG, regulamentar os métodos de trabalho para a verificação das condições especiais de trabalho e expedição dos laudos técnicos e periciais e demais documentos necessários ao enquadramento do cargo e/ou comprovação da exposição a condições especiais de trabalho, conforme disciplinado na referida Instrução Normativa.

30. Outra questão relevante diz respeito à comprovação do tempo para fins de aposentadoria especial. Nesse mister, verificado o enquadramento da situação individual do servidor, na forma disciplinada pela IN SPS/MPS nº 1/10, devem compor os autos do processo de aposentadoria a certidão de tempo de serviço/contribuição especial e o respectivo laudo médico-pericial que deu origem a sua expedição.

31. Sobre o tempo averbado, de maneira geral, s.m.j., o procedimento deve ser o mesmo usualmente adotado para a concessão de aposentadorias comuns, devendo-se juntar aos autos todas as certidões que comprovem o tempo especial averbado. De observar que não cabe a qualquer órgão do Distrito Federal reconhecer como tempo especial ou aplicar ponderação sobre tempo certificado por quaisquer esferas de governo ou pelo INSS. Eventuais acréscimos especiais deverão estar previamente definidos e demonstrados nas respectivas certidões, de acordo com o regular processo administrativo ou judicial implementado na origem.

32. Como exposto na instrução do Processo nº 30397/09, resta pacificado o entendimento a respeito da possibilidade de contagem ponderada do tempo de serviço/contribuição prestado por servidor público federal em condições especiais, sob as regras do regime celetista, antes de sua vinculação ao regime estatutário, procedimento esse que encontra a devida correspondência no âmbito do Distrito Federal. Assim, poderá haver recíproca averbação desse tempo entre os dois entes, nos termos da Lei nº 6.936/81.

33. Ressalvada essa hipótese, permanece válida a regra veiculada desde a Lei nº 6.226/75 proibitiva de contagem recíproca de tempo de serviço/contribuição em dobro ou de forma especial, como bem explicita, atualmente, o art. 96, I, da Lei nº 8.213/91:

Seção VII

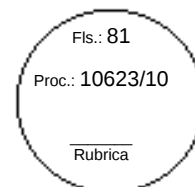
Da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço

(...)

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

34. A propósito, conforme consta da IN INSS/PRES nº 45/10, a orientação do INSS sobre o procedimento a ser observado na emissão de certidão de tempo de serviço/contribuição especial é a seguinte:

Art. 376. No caso de emissão de CTC com conversão de tempo de serviço exercido em atividade sujeita a condições especiais, observar-se-á:

I - as certidões emitidas no período de 14 de maio de 1992 a 26 de março de 1997, na vigência do Parecer CJ/MPS nº 27, de 18 de maio de 1992, com conversão de período de atividade especial, continuam válidas; e

II - ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, não será emitida CTC com conversão de tempo de serviço exercido em atividade sujeita a condições especiais, nos termos dos arts. 66 e 70 do RPS, em tempo de contribuição comum, bem como a contagem de qualquer tempo de serviço fictício, conforme o Parecer CJ/MPAS nº 846, de 26 de março de 1997 e o art. 125 do RPS.

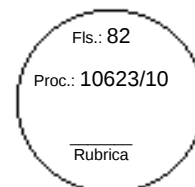
§ 1º Será permitida, por força do Parecer MPS/CJ nº 46, de 16 de maio de 2006, a emissão de CTC com conversão de período trabalhado exercido sob condições especiais no serviço público federal, referente ao contrato que teve o regime de previdência alterado de RGPS para RPPS, independentemente se na data da mudança de regime estava em atividade no serviço público, cabendo à linha de recursos humanos de cada órgão toda a operacionalização para a implementação do reconhecimento do tempo de serviço.

§ 2º Aplicam-se as orientações contidas no Parecer CJ/MPS nº 46, de 2006, extensivamente aos servidores públicos municipais, estaduais e distritais, considerando-se instituído o regime próprio destes servidores a partir da vigência da lei que institui o RPPS em cada ente federativo correspondente, cabendo a emissão da CTC ser realizada pelas APS.

§ 3º Excluindo-se a hipótese de atividade exercida em condições especiais previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício, entendendo-se como tal todo aquele considerado em lei anterior como tempo de serviço, público ou privado, computado para fins de concessão de aposentadoria sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



que haja, por parte do servidor ou segurado, cumulativamente, a prestação de serviço e a correspondente contribuição social.

Art. 377. Observado o disposto no art. 376, quando for solicitada CTC com conversão do tempo de serviço prestado em condições perigosas ou insalubres, o servidor deverá providenciar a análise do mérito da atividade cujo reconhecimento é pretendido como atividade especial e deixar registrado no processo se o enquadramento seria devido ou não, ainda que a CTC não seja emitida com a conversão na forma do inciso I do art. 96 da Lei nº 8.213, de 1991.

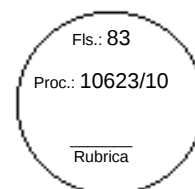
35. Verifica-se, portanto, que o tempo de serviço/contribuição prestado por servidor público federal em condições insalubres, sob o regime celetista, pode ser averbado junto ao Distrito Federal com base em certidão expedida pelo órgão federal de origem. De outro modo, o tempo prestado a Estados e Municípios nas mesmas condições e à iniciativa privada somente podem ser averbados à vista de certidão do INSS, órgão competente para expedição do documento, segundo as normas especificadas na IN INSS/PRES nº 45/10.

36. Por todo o exposto, sugere-se:

- I) tomar conhecimento da Consulta formulada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER/DF, conforme o Processo nº 29391/10;
- II) informar o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER/DF sobre a decisão que vier a ser adotada nos autos;
- III) responder a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal- SES/DF, nos seguintes termos:
 - a) o reconhecimento do direito à contagem de tempo prestado sob condições especiais, para fins do disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91, contempla os beneficiários de decisão judicial em Mandado de Injunção e os demais servidores distritais que preencham os mesmos requisitos, em conformidade com a Decisão-TCDF nº 3221/10, proferida no Processo nº 35321/09;



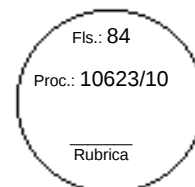
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



- b) a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91, na forma definida pelo Supremo Tribunal Federal – STF, circunscreve-se à aposentadoria decorrente de trabalhos realizados em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos do inciso III do § 4º do art. 40 da CF/88;
- c) o tempo especial devidamente reconhecido pode ser utilizado para fins de aposentadoria especial ou para conversão em tempo de serviço/contribuição comum, nos termos do § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99;
- d) considerando-se que o direito à contagem do tempo especial surge a partir da decisão judicial proferida em Mandado de Injunção, determinando a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91 aos servidores públicos, e ocorrendo essa decisão na vigência da EC nº 41/03, rege-se a aposentadoria especial pelo que dispõe o art. 40, §§ 2º, 3º, 4º, III, 8º e 17, da CRFB, c/c o art. 57 da Lei nº 8.213/91, ou seja, com o cálculo dos proventos pela média de contribuições e sem paridade com os servidores ativos;
- e) ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, as possibilidades de aposentadorias com a utilização desse tempo são as das regras permanentes previstas no § 1º do art. 40 da CRFB e as das regras de transição atualmente em vigor, disciplinadas no art. 6º da EC nº 41/03 c/c o art. 2º da EC nº 47/05 e no art. 3º da EC nº 47/05. Não se mostram viáveis as aposentadorias e a revisões de proventos fundadas em regras já revogadas no momento do surgimento do direito à contagem do tempo especial;
- f) o requisito principal para a aposentadoria especial do beneficiário de Mandado de Injunção é o cumprimento do período mínimo de 25 anos de atividade especial, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, sem exigência de outros requisitos, como tempo de serviço



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO

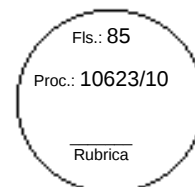


público, tempo no cargo, idade mínima, aplicáveis às demais modalidades de aposentadoria permitidas ao servidor público;

- g) tendo-se em conta a natureza estatutária da aposentadoria especial de que se trata, a contagem dos períodos de licenças especiais e de licenças-prêmios devem seguir o mesmo disciplinamento aplicável a outras aposentadorias de mesma natureza, como a do magistério e a do policial civil, em que se tem como viável o cômputo dos períodos de licenças especiais e de licenças-prêmios adquiridos até 16/12/1998, desde que vinculadas à atividade que deu origem à contagem do tempo especial;
- h) a concessão de aposentadoria já procedida mediante a necessária utilização de licença especial ou licença-prêmio para quaisquer fins não é passível de reformulação para excluir esse tempo, visto que o direito à contagem de tempo especial não retroage à data da aposentadoria de modo a permitir a desaverbação da licença;
- i) por falta de previsão legal, não se mostra viável a concessão de abono de permanência a partir do preenchimento dos requisitos necessários à aposentadoria especial, mas o tempo especial convertido em tempo comum pode ensejar a revisão do benefício, em consonância com as regras aplicáveis às aposentadorias comuns e aos respectivos abonos de permanência;
- j) podem ser contados como tempo especial os afastamentos em virtude de: doação de sangue (art. 97, I, Lei nº 8.112/90); alistamento eleitoral (art. 97, II, Lei nº 8.112/90); casamento (art. 97, III, "a", Lei nº 8.112/90); luto (art. 97, III, "b", Lei nº 8.112/90); férias (arts. 77/80, Lei nº 8.112/90); convocação para júri e eleição (art. 102, VI, Lei nº 8.112/90); maternidade (art. 207, Lei nº 8.112/90); paternidade (art. 208, Lei nº 8.112/90); adoção (art. 210, Lei nº 8.112/90); acidente de serviço ou doença profissional (art. 211, Lei nº 8.112/90); aposentadoria por



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO

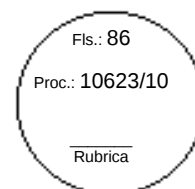


acidente de serviço ou moléstia profissional (art. 40, I, CF/88 e alterações);

- k) cabe à Secretaria de Estado de Saúde – SES, órgão consultante, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev e à Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento do Distrito Federal – SEPLOG regulamentar os métodos de trabalho para a verificação das condições especiais de trabalho e expedição dos laudos técnicos e periciais e demais documentos necessários ao enquadramento do cargo e/ou comprovação da exposição a condições especiais de trabalho, em conformidade com a IN SPS/MPS nº 1/10 e a legislação do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, observando a conceituação técnica de tempo permanente, não ocasional, nem intermitente, cabendo exclusivamente ao Iprev a competência para a expedição das certidões de tempo de atividades especiais de que tratam os autos;
- l) verificado o enquadramento da situação individual do servidor, na forma descrita no item anterior, devem compor os autos do processo de aposentadoria a certidão de tempo de serviço/contribuição expedida pelo Iprev e o respectivo laudo médico-pericial que deu origem à certidão;
- m) em caso de averbações, os cálculos especiais deverão estar previamente definidos e demonstrados nas respectivas certidões de tempo averbado, com base em regular processo administrativo e/ou judicial implementado na origem, não cabendo a qualquer órgão ou entidade do Distrito Federal reconhecer como tempo especial ou aplicar ponderação sobre tempo certificado por quaisquer outras esferas de governo ou pelo INSS;
- n) o tempo especial prestado por servidor público federal em condições insalubres, sob o regime celetista, pode ser averbado junto ao Distrito Federal, nos termos da Lei nº 6.936/81, com base em certidão expedida pelo próprio órgão federal de origem e o tempo prestado a Estados e Municípios nas mesmas condições e à iniciativa privada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



somente podem ser averbados à vista de certidão do INSS, órgão competente para expedição do documento, segundo as regras especificadas na Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/10.

À consideração superior.

Brasília, 28 de outubro de 2010.

Valter Oliveira Reis
Auditor de Controle Externo
Mat. nº 382-4

DIGITALIZADO